

# RELATÓRIO

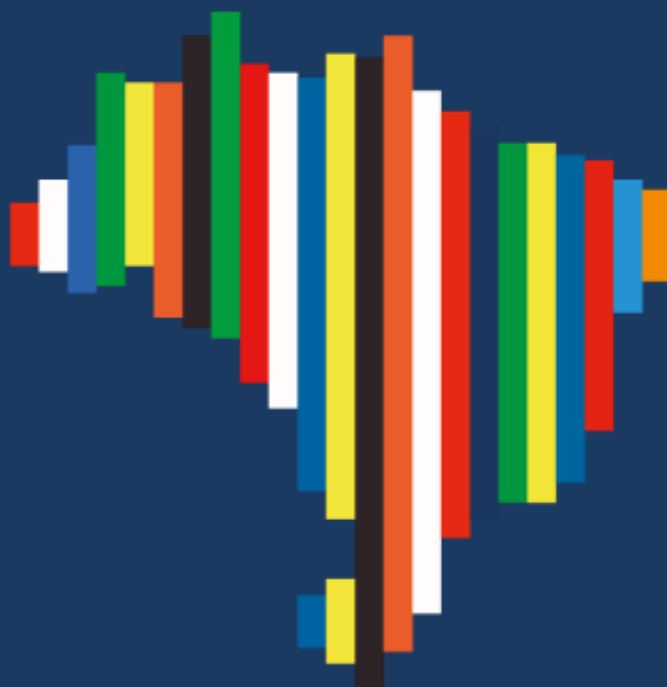
## DIÁLOGO COM A SOCIEDADE



03 A 06 DE DEZEMBRO DE 2024

## 6º PLANO DE AÇÃO NACIONAL

*Parceria para Governo Aberto*



# SUMÁRIO

---

**03**

**Apresentação**

**05**

**Diálogo com a Sociedade Civil**

**08**

**Espaço de trocas e sinergias**

**10**

**Compromissos e sugestões**

**12**

**Compromisso 1**

**16**

**Compromisso 2**

**20**

**Compromisso 3**

**25**

**Compromisso 4**

**29**

**Compromisso 5**

**33**

**Compromisso 6**

**37**

**Compromisso 7**

**41**

**Compromisso 8**

**44**

**Reflexões finais**

# APRESENTAÇÃO

No período de 03 a 06 de dezembro de 2024, no contexto do evento internacional do América Aberta, foi realizada a segunda edição do **Diálogo com a Sociedade Civil**. O intuito foi construir um espaço de interações e trocas voltado à disseminação de informações sobre o 6º Plano e o engajamento das organizações da sociedade e órgãos governamentais em suas atividades.

Com a realização da atividade como parte do América Aberta, foi possível ampliar o espectro de conhecedores e conhecedoras dos compromissos firmados pelo Brasil por meio do 6º Plano de Ação Nacional da Parceria para Governo Aberto (OGP). Possibilitou-se identificar outras experiências em andamento nas Américas e noutros países dos quais havia representantes no evento. Além disso, foi possível coletar críticas e sugestões à execução das atividades e àquelas a serem realizadas.

Para a primeira edição do Diálogo com a Sociedade Civil, a Controladoria-Geral da União (CGU) realizou dois encontros virtuais, nos dias 20 e 21 de agosto de 2024, com cerca de 50 participantes por dia. Estavam presentes representantes de organizações da sociedade civil e do governo que debateram sobre a execução dos compromissos, os limites dos meses iniciais e as propostas para o período subsequente.

Nesta segunda edição, foi instalada uma exposição composta por oito painéis com informações sobre o objetivo de cada um dos compromissos, impactos na política setorial, possíveis repercussões na política de governo aberto, atividades previstas e em andamento. Uma área reservada para coleta de sugestões permitiu o registro das opiniões dos visitantes.

Este relatório recupera imagens, relatos e os principais apontamentos capturados no processo de construção da atividade, bem como a repercussão da iniciativa entre as organizações da sociedade civil e órgãos de governo integrantes do 6º Plano. As contribuições recebidas dos participantes do evento América Aberta, incluindo as organizações internacionais que estudam ou desenvolvem ações de promoção do Governo Aberto também foram bem-vindas.



*Acervo pessoal: Drika Barufe*

# DIÁLOGO COM A SOCIEDADE CIVIL

DIAS 03 a 06 DE DEZEMBRO DE 2024

---

A construção de espaços diversificados e inovadores de interação, engajamento e colaboração entre sociedade e governo é uma constante no processo de participação da Parceria para Governo Aberto (OGP). Quando se fala de governos que optaram pela implementação de Planos de Ação de duração de quatro anos, os formatos participativos passam a ser um requisito.

O 6º Plano de Ação Brasileiro de Governo Aberto tem um horizonte temporal de quatro anos – 2023/2027 –, devendo ser realizados, no mínimo, dois momentos interativos com a sociedade civil a cada ano. A metodologia para a realização das atividades fica a critério da organização coordenadora do Plano.

Para o primeiro momento do que se denominou de “Diálogo com a Sociedade Civil”, a Controladoria Geral da União (CGU) contou com o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a construção metodológica. Foram, então, realizados dois encontros – sendo um no dia 20 e outro no dia 21 de agosto de 2024 –, quando foram abordados os compromissos do Plano. Discutiu-se as características dos compromissos, tendo como ponto de partida para as discussões, as principais questões apontadas por cada coordenador de compromisso. A apresentação dos coordenadores foi guiada pelas seguintes perguntas de referência:

- 1) Qual o objetivo do compromisso (em linhas gerais) e o principal resultado a ser alcançado?
- 2) Como a execução desse compromisso contribui para o aprimoramento da política pública? É possível identificar impactos ou aprendizados decorrentes da execução do compromisso na política pública?
- 3) Quais os desafios para manter o engajamento de órgãos públicos e representantes da sociedade civil na execução das atividades previstas?

Quem participou – uma média de 50 pessoas por dia – teceu seus comentários sobre a execução dos compromissos e apresentaram sugestões, não somente ao Plano, mas, também, em relação às políticas públicas envolvidas. Além disso, houve proposições no tocante a necessidade de envolver outros atores na efetivação das ações e ao aprimoramento de marcos.

Todas as [contribuições foram registradas](#) e, muitas delas, tiveram devolutivas ainda no decorrer do evento. Algo que foi positivamente avaliado pelas organizações presentes.

A realização do [América Aberta 2024](#), no período de 03 a 06 de dezembro de 2024, no Instituto Serzedello Corrêa, em Brasília, fez abrir um horizonte mais amplo para o compartilhamento das informações sobre o 6º Plano de Ação Nacional, bem como para coletar sugestões ao processo de execução das ações e estabelecer novas conexões importantes.

Vale destacar que, pela primeira vez, o América Aberta fora realizado no Brasil. O evento reuniu a Abrelatam; a Condados; o Coda.Br; a Semana de Dados.Br; e o Encontro de Governo Aberto. Encontros voltados à pesquisa, publicação e uso de dados abertos relacionados a temas como transparência, acesso à informação, governo aberto, tecnologias cívicas, jornalismo de dados, governo digital, responsabilização e equidade.

Pautados sob a perspectiva da construção coletiva, os encontros desenharam trilhas e atividades inovadoras. Espaço ideal para por em prática a ideia de efetivar a segunda edição do Diálogo com a Sociedade Civil no formato de exposição interativa.

Em parceria com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), a CGU realizou a exposição do 6º Plano Nacional de Ação de Governo Aberto. Com ludicidade e simplicidade, alguns dos pontos mais relevantes de cada compromisso foram apresentados ao público do América Aberta.

Os painéis foram desenhados pelo facilitador gráfico Sidan Orafa ([@Sidanorafa](#)) a partir de conversas com os coordenadores de compromissos e demais integrantes, que informaram sobre a situação atual das atividades e as perspectivas futuras.

O trabalho foi pensado para possibilitar uma visibilidade ampla de cada compromisso, com linguagem simples, de fácil compreensão, visto que se pretendia alcançar pessoas que não acompanharam as oficinas de cocriação. Além disso, considerou-se que os painéis também seriam visitados por pessoas estrangeiras, principalmente da América Latina, sem o domínio da língua portuguesa. Utilizou-se, então, uma estética atrativa, com desenhos de fácil identificação para que a mensagem fosse assimilada independentemente das palavras empregadas. Uma seção de cada painel ficou disponível para sugestões.

Representantes dos compromissos e da equipe de monitoramento do Plano acompanharam toda a atividade para apresentar os painéis a quem visitasse a exposição e para receber as sugestões.





Acervo pessoal: Valdênia Souza

# ESPAÇO DE TROCAS E SINERGIAS

---

Os painéis do 6º Plano de Ação de Governo Aberto foram instalados em local privilegiado do evento América Aberta, exatamente no corredor de acesso ao auditório central, anfiteatro e salas de workshops do Instituto Serzedello Corrêa – ISC/TCU. Sendo assim, todos os participantes puderam conhecer o material.

Além de atingir o objetivo inicial de divulgar os compromissos firmados pelo Brasil por meio do Plano e coletar as sugestões da sociedade civil, os painéis se tornaram um ponto de encontro. Na medida em que as pessoas observavam as ilustrações, elas conversavam sobre os temas. Por fim, além de deixarem sugestões, refletiam sobre as possíveis estratégias para avançar em propostas colaborativas, apresentavam iniciativas postas em execução nos seus lugares de origem, e falavam sobre experiências particulares, visto que os compromissos do 6º Plano estão bastante correlacionados ao cotidiano das pessoas dos meios urbano e rural.

Representantes das delegações internacionais, a exemplo do Panamá, Guatemala, México, Chile, Estados Unidos e Portugal, mostraram-se muito interessadas no processo de construção do 6º Plano de Ação, nos compromissos cocriados e nas atividades de monitoramento da execução. No diálogo pôde-se perceber o quanto o Brasil se destaca no campo do governo aberto, incluindo o aspecto das metodologias de trabalho adotadas e o engajamento da sociedade.

Outra questão a ser valorizada foi a utilização do espaço da exposição para a realização de network. As conexões e sinergias estabelecidas durante o evento mostraram-se significativas.

Na temática de Ciência Aberta – compromisso 3 do 6º Plano –, foram trocados os contatos com órgãos do governo de Portugal e do Equador para a marcação de atividades virtuais com o objetivo de apresentar projetos e tratar sobre o andamento das políticas públicas associadas à questão. No âmbito do compromisso 6 – Melhores serviços para a Agricultura Familiar –, foram registrados depoimentos de lideranças rurais do interior do Brasil e da Guatemala. Representantes da delegação dos Estados Unidos e do Panamá registraram suas contribuições e verbalizaram suas considerações sobre as formas de racismo na sociedade estadunidense e da experiência no controle social das obras de infraestrutura, respectivamente. Várias articulações foram estabelecidas entre representantes do compromisso 8 – Participação social e educação popular nos territórios – e



organizações da sociedade civil. Além dessas interações, outras foram estabelecidas de modo a fortalecer a execução do Plano.

A visitação do público aos painéis tornou-se mais intensa devido ao jogo que foi disponibilizado pela OGP aos participantes por meio do aplicativo *Goosechase*.

Durante os dias de América Aberta, as pessoas poderiam baixar o App, nas lojas de aplicativo, a fim de responder às perguntas e proposições suscitadas pela OGP – todas elas relacionadas ao governo aberto e à parceria nacional ou locais. Quem mais acertasse questões e postasse as imagens coletadas seria premiado ao final de cada dia, o que gerou grande movimentação e divertimento. A OGP lançou uma questão específica sobre a exposição, a qual solicitava a postagem de uma foto dos painéis, dando muita visibilidade a esta iniciativa. Além disso, a equipe responsável pela exposição se tornou referência para colaborar na busca de informações relativas ao jogo, ampliando a oportunidade de apresentar os painéis a mais gente e colher suas sugestões.



Por fim, a exposição se tornou um ponto de identificação do evento, sendo buscado pelas pessoas credenciadas, equipes de organização e apoio do América Aberta para fazerem registros fotográficos da sua participação.

# COMPROMISSOS E SUGESTÕES

---

A partir daqui o texto será dedicado a apresentar cada um dos compromissos, com seus objetivos, responsáveis pela execução, além de detalhar um pouco do andamento das atividades e o contexto dessa execução. Serão também listadas todas as sugestões recebidas durante a exposição, conforme registrado nos painéis pelos visitantes.

Cabe destacar que a proposta de instalar a exposição no América Aberta foi construída com a finalidade de garantir a ampla interação da sociedade com os compromissos do 6º Plano de Ação Nacional de Governo Aberto. Nesse sentido, três aspectos foram estabelecidos como requisito, quais sejam:

- a) escuta atenta dos coordenadores e demais executores, para captar objetivos, impactos na política pública e benefícios à sociedade, bem como o andamento das ações;
- b) linguagem simples, para ser de fácil entendimento a quem não conhece o processo, mas pode vir a colaborar na divulgação ou até na consecução de ações;
- c) comunicação visual atrativa e autoexplicativa, no sentido “convidar” pessoas para visitar os painéis e compreender a temática através das ilustrações, visto que o evento contava com participantes de diferentes nacionalidades;
- d) espaço para a recepção de sugestões das pessoas que vivenciam a problemática, que têm histórias para contar, que gostariam de ser reconhecidas no processo de efetivação do 6º Plano.

Com a exposição foi possibilitada uma visualização sistêmica dos compromissos. Ou seja, visitantes tiveram contato com assuntos extensos e complexos, mas que, por meio das imagens, símbolos e frases curtas, foram consultados com rapidez, compreendidos e assimilados com facilidade.

Reitera-se a dedicação das organizações envolvidas no 6º Plano de Ação e da equipe da CGU responsável pelo monitoramento, que estabeleceram um cronograma para acompanhar a atividade e, assim, receber as pessoas nos painéis, prestar informações e colaborar na recepção das sugestões.



# COMPROMISSO 1

## INSTRUMENTOS PARA APRIMORAR TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA

ÓRGÃO COORDENADOR: CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)

---

**Compromisso pactuado na elaboração do 6º Plano de Ação:** Criar ou aperfeiçoar, bem como disseminar instrumentos que viabilizem a transparência, o engajamento, a participação e o controle social efetivos e qualificados nas fases do ciclo de políticas públicas de infraestrutura: hierarquização de problemas, análises de soluções alternativas, detalhamento e execução de planos e projetos.

### Responsáveis

#### Governo

- Controladoria-Geral da União – CGU
- Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
- Ministério das Minas e Energia – MME
- Ministério do Meio Ambiente – MMA
- Ministério dos Transportes – MT
- Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos – MGI
- Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO
- Secretaria-Geral da Presidência da República –SG – PR

#### Sociedade

- Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA
- GT de Infraestrutura
- Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – IBRAOP
- Instituto de Energia e Meio Ambiente – IEMA
- Instituto Socioambiental – ISA

- Transparência Internacional Brasil – TI Brasil

O compromisso 1 foi o mais bem votado pela sociedade na consulta pública para a definição dos temas a serem inseridos no 6º Plano de Ação Nacional, o que lhe imprime grande engajamento social para sua execução. Atividade como o Workshop “Planejamento Estratégico no Setor de Transportes: Caminhos para a Sustentabilidade com Transparência e Participação Social” – realizado no dia 12 de setembro de 2024, é demonstrativa do poder de articulação das organizações e movimentos sociais dedicados à temática.

Mesmo não estando previsto no 6º Plano, o workshop foi realizado com o objetivo de promover o diálogo entre o setor público e a sociedade civil sobre o fortalecimento de instrumentos e processos decisórios no planejamento estratégico no setor de transportes. As discussões giraram em torno da questão da sustentabilidade, da transparência e da participação social, considerando suas dimensões socioambiental, econômica e política.

Outra informação importante é que este compromisso participa do [Open Gov Challenge](#), uma iniciativa que destaca compromissos de grande potencial de impacto positivo nos diferentes países membros da Parceria pelo Governo Aberto (Open Government Partnership).

A visitação foi profícua em todo o período da exposição. Motivadas pelas informações recebidas sobre a escolha da temática para o 6º Plano e sobre a participação no desafio OGP, as pessoas contribuíram com sugestões e informaram, também, sobre as experiências que tinham com a política de infraestrutura em seus locais de origem.

Em todos os painéis, havia uma pergunta a ser respondida ou uma questão para refletir. Essa foi a estratégia utilizada para instigar o



público para uma boa conversa sobre o tema.

No caso do compromisso 1, a partir da pergunta “***QUAIS AS INFORMAÇÕES DE INFRAESTRUTURA VOCÊ GOSTARIA DE ACOMPANHAR MAIS DE PERTO?***”, sugeriu-se o que segue:

- Data de pagamento ao provedor;
- % de avanço do projeto;
- Adendos de preços;
- Plano de manutenção da obra;
- % de participação de empresas por país;
- % de empresas subcontratadas;
- Dados sobre licenças ambientais;
- Informações sobre execução do Novo PAC;
- Dados da licitação e dos licitantes;
- Ocorrência (ou não) de reuniões com comunidades impactadas;
- Ocorrência (ou não) de reuniões com lobistas e grupos de interesse;
- Emendas orçamentárias como foco de risco e medidas adicionais de controle;
- Comprovação de preço previsto x preço atual das obras;
- Plano de execução: como acompanhar;
- Identificação de grupos econômicos (sócios ocultos): mapeamento de vínculo entre empresas para redução do risco de fraudes em dispensa de licitações – escudo de integridade pública (GT group – Digital Lab).



# COMPROMISSO 2

## DADOS PARA O ENFRENTAMENTO COLETIVO DA CORRUPÇÃO

ÓRGÃO COORDENADOR: CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)

---

**Compromisso pactuado na elaboração do 6º Plano de Ação:** Identificar e promover a abertura, o uso e a melhoria de qualidade de dados estratégicos para prevenção, detecção e combate à corrupção, com a participação da sociedade.

### Responsáveis

#### Governo

- Controladoria-Geral da União – CGU)
- Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI
- Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP
- Advocacia-Geral da União – AGU

#### Sociedade

- Pacto Global
- Instituto Ethos
- Instituto Brasileiro de Certificação e Monitoramento – IBRACEM
- Transparência Brasil
- Transparência Internacional Brasil

O enfrentamento à corrupção é uma temática recorrente na sociedade brasileira e, conseqüentemente, nos planos de ação de governo aberto, demonstrando que constitui questão relevante a ser trabalhada.

A inovação deste compromisso, no âmbito do 6º Plano, é a demanda pela definição

de critérios de identificação dos dados a serem disponibilizados, assim como sua completude e análise quanto à legalidade da publicação do dado com enfoque específico no enfrentamento da corrupção.

Noutros países, pelo que se viu durante a exposição, a questão do enfrentamento à corrupção e a necessidade de dados públicos rastreáveis também é uma solicitação coletiva. Sendo assim, muitos visitantes dos painéis apresentaram contribuições e também inquietações relativas a atual insuficiência de informações para o controle social.

No âmbito do compromisso, realizou-se atividade no América Aberta, em parceria com a Corregedoria-Geral da União (CRG), em que foram apresentados os dados correcionais e pesquisas sobre perfis e condutas relacionadas à corrupção no Poder Executivo Federal. Em sua maioria, os dados estão disponíveis em painel público da CRG.

Ainda em relação ao compromisso 2, foram recebidas as seguintes sugestões a partir da pergunta "***QUAIS TIPOS DE DADOS PÚBLICOS VOCÊ ACREDITA QUE MAIS PRECISAM DE TRANSPARÊNCIA?***”:

- Custos das instituições públicas;
- Transparência das indicações do Congresso;
- Dados da parceria público-privada;
- Emendas parlamentares;
- Desonerações tributárias;
- Gasto das agendas de todos os membros do Congresso Nacional;
- Gasto público e afins;
- Transparência em formato acessível, todos devem entender;
- Geodados;
- Prefeituras transparentes e participativas;

- Dados ambientais para o enfrentamento da crise climática e atuação para o desenvolvimento sustentável;
- Dados de financiamento para a questão climática;
- Declaração de bens de altas autoridades e funcionários;
- Compras públicas;
- Fiscalizações na área de alimentos;
- Dados de educação, meio ambiente e saúde;
- Dados de análises laboratoriais de alimentos e doenças vinculadas;
- Benefícios às empresas;
- Lobby;
- Dados sobre o uso do reconhecimento facial na segurança pública;
- Dados sobre financiamento climático de projetos de infraestrutura;
- Transparência sobre investimentos do plano de transformação ecológica;
- Sócios selecionados – identificação de entidades que não deveriam participar de licitações (escudo de integridade pública).





# COMPROMISSO 3

## PRÁTICAS COLABORATIVAS PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

ÓRGÃO COORDENADOR: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI

---

**Compromisso pactuado na elaboração do 6º Plano de Ação:**  
Promover práticas científicas transparentes, responsáveis, colaborativas e reproduzíveis para acelerar o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e ampliar seu impacto social.

### Responsáveis

#### Governo

- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES
- Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA
- Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI
- Ministério da Defesa – MD

#### Sociedade

- Associação Nacional de Pós-Graduandos – ANPG
- Associação Brasileira de Editores Científicos – ABEC
- Rede Brasileira de Reprodutibilidade – RBR
- Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC
- GO FAIR Brasil
- Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM
- Rede Brasileira para Educação e Pesquisa – RNP

- Scientific Electronic Library Online – Scielo

O Compromisso 3 apresenta a temática de ciência aberta pela terceira vez em um plano nacional de ação. No entanto, o objeto de atuação não se repete. Ao contrário, demonstra a evolução de um tema no escopo das políticas governamentais e o amadurecimento das discussões na comunidade científica brasileira.

Fazer com que a sociedade reconheça o valor da produção científica e tecnológica no Brasil é um grande desafio para o grupo de organizações que integram o compromisso. E para enfrentar este distanciamento entre produção do conhecimento científico e o conjunto da população, estão sendo construídas estratégias de divulgação das atividades, no sentido de informar que a ciência está no dia a dia da população e que ela contribui para o desenvolvimento econômico e social do país.

Outro ponto que importa ao grupo é a apropriação do conceito de ciência aberta pela sociedade. Para tanto, há que se desmistificar a ideia que dados e informações serão disponibilizadas sem critérios, desobedecendo disposições legais ou orientações estabelecidas pela comunidade científica. A ciência aberta já acontece e deve ser ampliada, visto que se constitui como um movimento que, entre outras questões, propõe modificações na forma como o conhecimento científico é produzido, organizado, compartilhado e reutilizado. Uma ciência feita colaborativamente, de forma transparente e sustentável.

Representantes do compromisso se organizaram para participar da atividade e garantiram presença na exposição em todos os dias para receber as pessoas que visitavam o painel. Na ocasião, além das explicações sobre o tema, as ações desenvolvidas e as perspectivas, as pessoas receberam material educativo, de divulgação, brindes e resultados de experimentos científicos.

Vale ressaltar que o grupo do compromisso 3 utilizou bem o espaço de network.

Articularam conversas posteriores com representantes de outros países que estão imersos em uma dinâmica de discussões e efetivação de políticas para o aprimoramento científico na perspectiva da abertura de dados e da ação colaborativa.

***“COMO VOCÊ ACHA QUE A CIÊNCIA ABERTA PODE AJUDAR A VIDA DAS PESSOAS?”***, essa foi a questão motivadora para os visitantes do painel de Ciência Aberta. Com as seguintes contribuições:

- Cadernos de pesquisa abertos;
- Dados de pesquisa abertos;
- Apresentar em linguagem simples o que cada área da ciência contribui para a sociedade;
- Compartilhar ao invés de competir;
- Trazendo a sociedade para fazer ciência;
- Fomento a periódicos nacionais;
- Campanhas locais em farmácias, padarias, supermercados e Unidades Básicas de Saúde (UBSs);
- Aprimorando políticas públicas baseadas em ciência;
- Assistência ao luto complicado como política pública;
- Com maior transparência para tomar decisões – evitando a corrupção;
- A ciência transforma comunidades;
- A ciência está em todas as transformações sociais positivas. Mas é preciso melhorar a divulgação científica;
- Dar a conhecer os resultados e a relevância ao público;
- Ciência e jornalismo são essenciais para a sociedade;
- Com transparência fidedigna;
- Quanto mais pessoas souberem e entenderem a ciência, melhor será a

sociedade;

- Intercâmbio de dados para ter melhor ciência;
- Dando acesso universal e gratuito a publicações científicas;
- Promoção de publicações e oficinas no sentido de “o que tenho a ver com isso?”. Mostrar como as áreas da ciência importam na vida das pessoas;
- Linguagem clara no conhecimento científico.





Acervo: Governo Aberto CGU

# COMPROMISSO 4

## CULTURA DE ACESSO À INFORMAÇÃO

ÓRGÃO COORDENADOR: CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)

---

**Compromisso pactuado na elaboração do 6º Plano de Ação:** Fomentar a cultura de acesso à informação e aprimorar o cumprimento da LAI no país, por meio da articulação e colaboração entre poder público e sociedade.

### Responsáveis

#### Governo

- Controladoria-Geral da União – CGU
- Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos – MGI
- Secretaria Nacional de Diálogos Sociais e Articulação de Políticas Públicas – SGPR
- Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP

#### Sociedade

- Transparência Brasil
- Artigo 19
- Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas
- Fiquem sabendo
- Observatório Social do Brasil – OBS
- Instituto Observatório Político e Socioambiental – OPS

Desde a publicação da Lei de Acesso à Informação, no ano de 2011, além de garantir o direito constitucional, empreendeu-se uma busca de harmonização dos entendimentos sobre o que pode ser disponibilizado de informações públicas.

A LAI não se restringe ao âmbito federal e são desenvolvidas ações de estímulo à implementação desta legislação pelos diferentes entes federados, contribuindo, assim, para uma cultura de transparência em todo o país. Também o engajamento

da sociedade civil na utilização da Lei e o monitoramento do seu cumprimento são fundamentais.

O compromisso 4 busca enfrentar a dificuldade na ampliação e equalização do cumprimento da LAI em todos os poderes e esferas do país. Entendeu-se, no processo de cocriação do 6º Plano, que a criação de uma rede nacional de acesso à informação poderia desempenhar um papel fundamental na implementação efetiva da Lei de Acesso à Informação (LAI). Isso porque facilitaria a disseminação de práticas, promoveria a capacitação, forneceria suporte técnico e estabeleceria padrões comuns, contribuindo para uma cultura de transparência em todo o país.

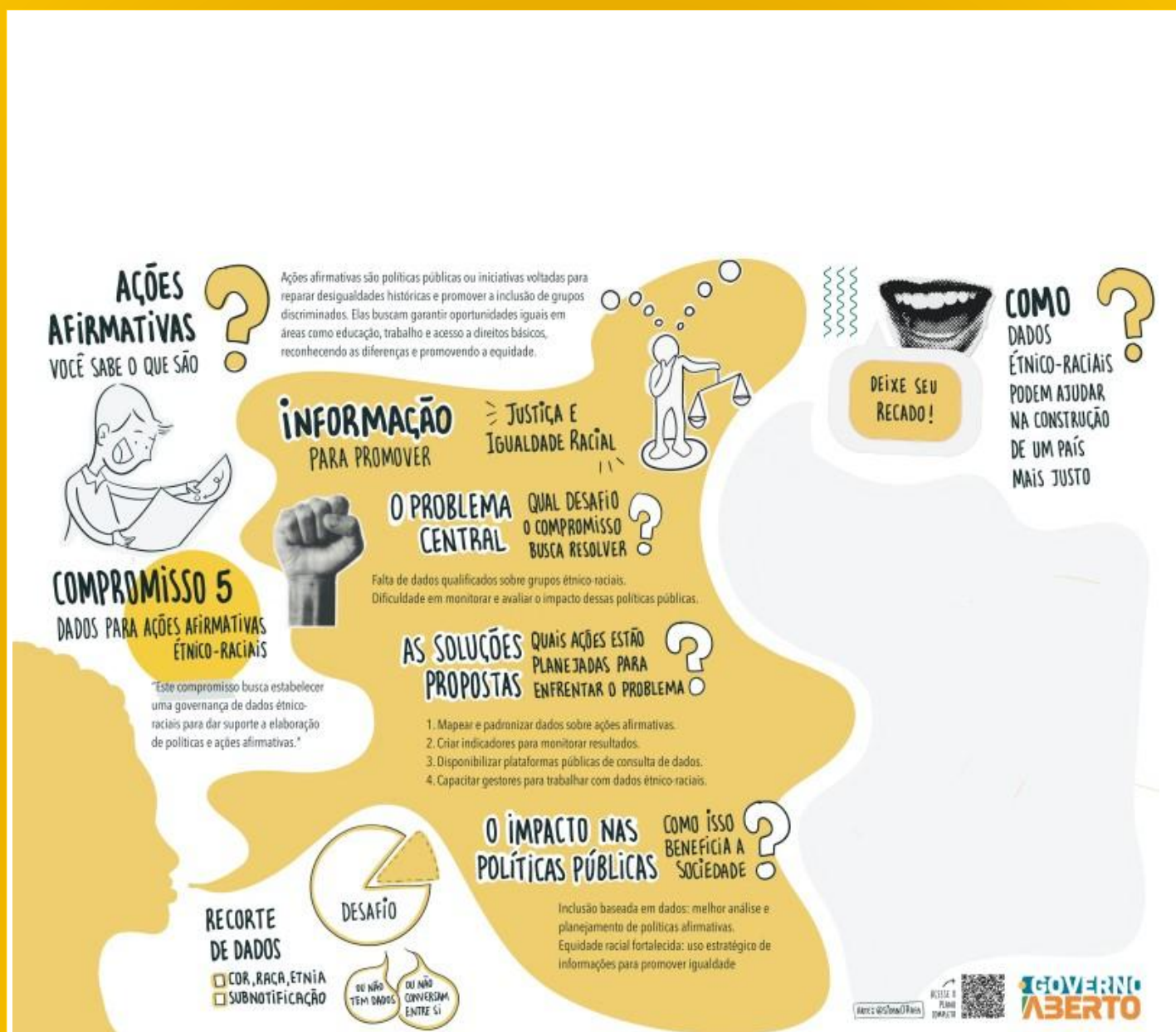
Nessa perspectiva, como resultado do Compromisso, a [Rede Nacional de Transparência e Acesso à Informação \(RedeLAI\)](#) foi lançada em maio de 2024, por meio da [Portaria Normativa nº130/24](#). Sua proposta é integrar ações desenvolvidas pelas unidades de monitoramento da LAI no âmbito da União, do Distrito Federal e dos Municípios. Também, busca promover o diálogo entre estas unidades, outras unidades governamentais e entidades da sociedade civil e academia. A RedeLAI já conta com 37 membros, com possibilidades de ampliação desse número.

A criação da RedeLAI foi bastante comentada durante as visitas à exposição do 6º Plano, sendo uma iniciativa que avança no que foi identificado quando da execução do 4º Plano – baixa regulamentação/implementação da LAI nos municípios. No entanto, mesmo reconhecendo necessidades de aprimoramento, a implementação da Lei de Acesso à Informação é um *case* de sucesso no que se refere à aplicabilidade de uma legislação no Brasil. Esse é um entendimento comum do público do evento, seja ele de origem nacional ou internacional.

O Brasil é reconhecido pela efetivação do direito ao acesso às informações públicas. Até novembro de 2024, 99,96% dos pedidos de acesso à informação aos órgãos do governo federal havia sido respondido, 0,006% encontrava-se em tramitação, e registrava-se 0,030% de omissões. Esses dados demonstram os avanços na implementação da LAI no âmbito do Poder Executivo Federal.

Quando questionadas – por meio do painel do Compromisso 4 – sobre “***QUE INFORMAÇÃO PÚBLICA VOCÊ ACREDITA QUE DEVE SER MAIS ACESSÍVEL?***” as pessoas responderam o que segue:

- Dados da escala dos médicos;
- Motivação de decisões e atos normativos;
- Como informar o cidadão desinformado? E aquele sem conhecimento e acesso?
- Mais microinformações para o território;
- Que o acesso à informação seja a porta para os demais direitos;
- Fluxo/passos a passo para o acesso a serviços públicos;
- Publicação de dados obrigatória após três solicitações recorrentes;
- Linguagem simples;
- Capacitação dos governos para a segurança de respostas aos pedidos de LAI;
- Evitar o apagão das canetas aos pedidos de acesso;
- Dados do ciclo de vida dos benefícios, não somente concessão;
- Sobre o funcionamento do Poder Judiciário (tudo é opaco);
- Informações sobre como “obter informações” e que é possível requerê-las.





# COMPROMISSO 5

## DADOS DE AÇÕES AFIRMATIVAS ÉTNICO-RACIAIS

ÓRGÃO COORDENADOR: MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL - MIR

---

**Compromisso pactuado na elaboração do 6º Plano de Ação:** Produzir, tratar e disponibilizar dados de ações afirmativas étnico-raciais padronizados e de qualidade, de forma colaborativa e em catálogo único.

### Responsáveis

#### Governo

- Controladoria-Geral da União – CGU
- Escola Nacional de Administração Pública – ENAP
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA
- Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços – MGI
- Ministério da Igualdade Racial – MIR
- Senado Federal

#### Sociedade

- Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdade Racial – CEDRA
- Geledés Instituto da Mulher Negra
- Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa – GEMA
- Instituto Alana
- Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional – IEDE

O compromisso 5 resultou do diálogo governamental e do reconhecimento da dificuldade em se construir políticas de igualdade racial e ações afirmativas, a partir de bases de dados coletados de formas distintas, dificultando o tratamento e a utilização dos dados.

Considere-se, ainda, que as divulgações de dados e indicadores de

bases importantes do IBGE, INEP, DATASUS, etc. (Censo Escolar, Censo da Educação Superior, FIES ou RAIS) trazem dados insuficientes em termos de recorte étnico-racial.

Nesse contexto, o desafio a ser enfrentado com o compromisso é o de estabelecer governança de dados de ações afirmativas étnico-raciais, públicas e privadas, de forma colaborativa, institucional e interdependente, a fim de integrar e padronizar a produção, coleta e tratamento e disponibilização dos dados.

Percebe-se, ainda, a necessidade de haver um programa de formação nacional em relação à coleta e diagnóstico de dados com recorte racial. Este e outros aspectos constam no horizonte de preocupações e tarefas das organizações que fazem parte do compromisso.

O painel do compromisso 5 buscou retratar tais questões, considerando que várias iniciativas já foram implementadas no primeiro ano de execução.

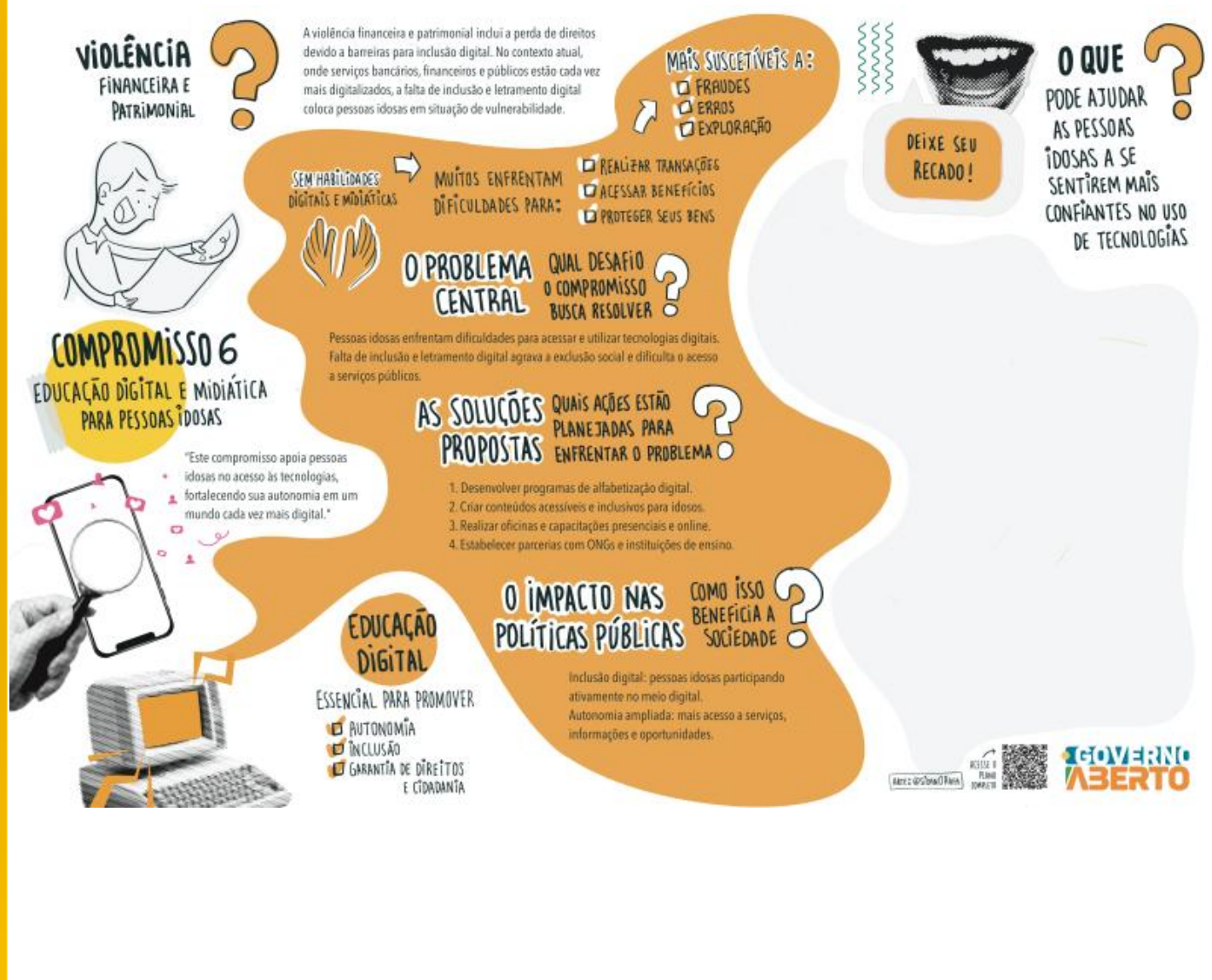
A aprovação do [PL de Cotas no Serviço Público](#) (em 19 de novembro de 2024), na Câmara dos Deputados, amplia a reserva de vagas em concursos públicos para pessoas negras de 20% para 30%. Apesar de esta não ser uma articulação nascida no âmbito do 6º Plano, trata-se de uma conquista esperada por todas as organizações que fazem parte do Compromisso. Vale destacar que um dos marcos já implementados deste compromisso é a inclusão de módulo sobre cotas nos concursos nos sistemas estruturantes do governo federal.

Durante o quarto trimestre de 2024, ocorreram eventos e articulações que mobilizaram atores importantes para a pauta de igualdade étnico-racial. Como destaque, teve-se a adaptação do [Portal Brasileiro de Dados Abertos](#) – ‘dados.gov.br’ – para garantir a melhor catalogação, identificação e apresentação dos dados raciais. O trabalho posterior

será ampliar a divulgação do portal e da funcionalidade de busca dos dados raciais, bem como sensibilizar os órgãos para a coleta dos dados, no sentido de alimentar o catálogo nacional de dados para disponibilização à sociedade.

Durante o América Aberta, os visitantes do painel do compromisso 5 foram perguntados sobre “**COMO DADOS ÉTNICO-RACIAIS PODEM AJUDAR NA CONSTRUÇÃO DE UM PAÍS MAIS JUSTO?**”. As contribuições recebidas seguem abaixo:

- É preciso fomentar justiça social reparativa a partir dos saberes periféricos;
- Respeito;
- Construção de futuro;
- Reconhecimento da diversidade cultural;
- Trazer evidências concretas das desigualdades, combatendo narrativas que negam o ímpeto do racismo;
- Um compromisso/desafio global para todos os países envolvidos na OGP, durante a semana do governo aberto. Deve ser gratuito e um benefício para todos os cidadãos dos países da OGP;
- As entidades de fomento à pesquisa devem construir suas políticas de avaliação de projetos valorizando dados abertos das pesquisas como requisito para a liberação de bolsas.



# COMPROMISSO 6

## EDUCAÇÃO DIGITAL E MIDIÁTICA PARA PESSOAS IDOSAS

ÓRGÃO COORDENADOR: MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA (MDHC)

---

Compromisso pactuado na elaboração do 6º Plano de Ação: Definir, de forma intersetorial e participativa, um referencial curricular para a educação digital e midiática da pessoa idosa, garantindo seu protagonismo, cuja implementação possa ser monitorada e avaliada.

### Responsáveis

#### Governo

- Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania – MDHC
- Defensoria Pública da União – DPU
- Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
- Ministério da Educação – MEC
- Secretaria de Comunicação Social/ Presidência da República – SECOM/PR

#### Sociedade

- Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR – Ceweb.br/NIC
- Instituto Palavra Aberta
- Instituto Vero
- Plataforma Pessoas Idosas com Justiça e Cidadania – PIBRASIL
- Safer Net Brasil

Este compromisso, de forma direta ou indireta, afeta todas as pessoas no país. Isso porque as famílias brasileiras estão envelhecendo e, consequentemente, são colocadas demandas específicas a serem tratadas pelo Estado e pela sociedade.

O Censo do IBGE de 2022 demonstrou que o número de idosos no Brasil cresceu

57,4% em 12 anos, fazendo com que o total de pessoas com 65 anos ou mais (22.169.101) chegasse a 10,9% da população. Em 2010, esse contingente era de 14.081.477, correspondendo a 7,4% da população. Houve o aumento da população de 65 anos ou mais e a redução da população de até 14 anos no mesmo período, o que aponta uma inversão da pirâmide etária.

Uma preocupação atual em relação às pessoas idosas é a frequente ocorrência de casos de violência patrimonial, seja decorrente da ação de parentes ou conhecidos, mas, também, de golpes aplicados por meio de canais tecnológicos, como aplicativo de troca de mensagens.

A seriedade da situação pode ser lida no [Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos](#), que, no primeiro semestre de 2023, registrou mais de 387 mil violações de direitos contra as pessoas idosas. Apesar de o número ser alto, há grande chance de haver uma subnotificação das violências contra as pessoas idosas. Neste sentido, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, mais especificamente a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, responsável pela coordenação do compromisso 8, publicou a “[Cartilha de Apoio à Pessoa Idosa – enfrentamento à violência patrimonial e financeira](#)”. Um importante material, que deve ser somado a outras iniciativas fundamentais a garantia dos direitos, como é o caso do letramento digital e tecnológico das pessoas idosas.

No âmbito do compromisso, foi lançado um [repositório de Educação Digital e Midiática para Pessoas Idosas](#), para oferecer orientações, aulas e conteúdos para contribuir na educação midiática e digital da pessoa idosa. Neste mesmo caminho, as organizações engajadas já construíram uma metodologia para garantir a participação de pessoas idosas, educadores, ONGs, universidades e representantes do governo para colaborar na elaboração de um referencial curricular, que contemple a diversidade e a interseccionalidade no uso das tecnologias pelas pessoas idosas.

Ao descrever os desafios do compromisso 6 para as pessoas que visitaram a exposição, pode-se escutar várias histórias sobre golpes sofridos por pais, avós e outros conhecidos com mais de sessenta anos. Em grande medida, foi relatada a



ausência ou insuficiente letramento digital para discernir sobre conteúdos disseminados de má-fé.

Em resposta à pergunta “***O QUE PODE AJUDAR AS PESSOAS IDOSAS A SE SENTIREM MAIS CONFIANTES NO USO DE TECNOLOGIAS?***”, tem-se o que segue:

- Incentivar as escolas de governo municipal a disseminarem, localmente, as iniciativas e o catálogo de serviços do governo federal em letramento digital;
- Treinamento digital em linguagem acessível;
- GOV.BR acessível às pessoas idosas;
- Design acessível e intuitivo;
- Impulsionar que jovens realizem a formação digital de idosos – mobilizar IFs, SENAI, etc.;
- Divulgar mais o Programa de Educação Previdenciária – PEP, do INSS, nas comunidades e nas mídias;
- Incluir nas escolas (públicas e privadas) projetos de letramento digital para os pais e idosos das famílias dos alunos;
- Grupos de treinamento personalizado e gradual;
- Comunicação institucional eficiente;
- Design intuitivo e com linguagem simples;
- Letramento digital;
- Divulgação midiática massiva;
- Articulação com o INSS para novas soluções;
- Jovens como formadores dos idosos em um programa intergeracional. Usar linguagem simples e jogos como ferramenta;
- Melhorar as interfaces com uso de linguagem a que elas estejam habituadas;
- Senti falta deste tema no encontro. E como incluir as pessoas que estão fora do sistema?



Acervo: Governo Aberto CGU

# COMPROMISSO 7

## MELHORES SERVIÇOS PARA AGRICULTURA FAMILIAR

ÓRGÃO COORDENADOR: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR (MDA)

---

**Compromisso pactuado na elaboração do 6º Plano de Ação:** Avaliar, aprimorar e ampliar o acesso aos serviços do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), com o foco nos usuários.

### Responsáveis

#### Governo

- Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA
- Ministério de Gestão e Inovação em Serviços Públicos – MGI
- Controladoria-Geral da União – CGU
- Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB

#### Sociedade

- Observatório Brasileiro de Políticas Públicas – UFMG
- Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação – RBMA
- Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA
- Associação Brasileira de Entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural, Pesquisa e Regularização Fundiária – ASBRAER
- Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica, Extensão Rural e da Pesquisa do Setor Público Agrícola do Brasil – FASER/Rede EMATER
- Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil – CONTRAF
- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR/Confederação Nacional de Agricultura – CNA

O compromisso teve origem em uma iniciativa governamental, a partir da proposta do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) de aprimorar os serviços oferecidos. Essa ação tem potencial para se tornar uma referência nas entregas públicas, especialmente no que se refere ao relacionamento com o usuário e à garantia de seus direitos.

No contexto do compromisso, o MDA, juntamente com a Ouvidoria-Geral da União (OGU), desenvolveu uma metodologia qualitativa voltada ao mapeamento da experiência dos usuários do serviço destinado à obtenção do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF). O projeto foi denominado de Jornada do Usuário do CAF e consiste na avaliação de serviços públicos, com base no levantamento dos desafios, dificuldades e necessidades enfrentadas, além da escuta ativa, por meio da unidade de ouvidoria. Buscou-se aprofundar a relação das unidades gestoras do MDA com o seu público-alvo e, conseqüentemente, com a oferta de melhores serviços públicos para a agricultura familiar.

O mapeamento possibilitou aprimoramentos significativos no CAF, que passará a contar com um CHATBOT para maior interação com o usuário. A nova versão do sistema está prevista para ser disponibilizada aos usuários no primeiro semestre do ano de 2025.

A jornada do usuário é uma metodologia com potencial para melhorar a eficácia e efetividade de políticas públicas e beneficiar os usuários de diferentes serviços públicos, visto que permite aos gestores a identificação das fragilidades e lacunas na oferta dos serviços.

Ao visitarem os painéis, as pessoas apontaram que a disseminação da metodologia favorecerá a implementação de ajustes e melhorias nos serviços públicos, tais como um atendimento mais eficiente, a melhoria dos processos relacionados, bem como a formulação de políticas públicas direcionadas às necessidades da população.

Em se tratando do compromisso 7, a questão proposta aos visitantes foi bem objetiva: “***QUAIS OS SERVIÇOS OU INFORMAÇÕES VOCÊ ACHA QUE DEVERIAM***

*ESTAR DISPONÍVEIS PARA AGRICULTORES FAMILIARES?”*. Em resposta, registram-se os seguintes pontos:

- Novas demandas do PPA;
- Cooperativas de apoio;
- Internet;
- Crédito;
- Fornecedores de bioinsumos;
- Assistência técnica pública e privada;
- Terra;
- Comunicação em linguagem simples;
- Capacitação para integração em cadeias produtivas;
- Custo dos insumos e a preservação ambiental;
- Sistema cooperativista;
- Trava de produção?
- Onde foi que nos perdemos?



Acervo: Governo Aberto CGU



# COMPROMISSO 8

## PARTICIPAÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR NOS TERRITÓRIOS

ÓRGÃO COORDENADOR: SECRETARIA NACIONAL DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL (SNPS/SG-PR)

---

Compromisso pactuado na elaboração do 6º Plano de Ação: Estabelecer uma rede colaborativa de formação de agentes territoriais para potencializar a participação social com educação popular, digital e midiática, promovendo territórios saudáveis e sustentáveis.

### Responsáveis

#### Governo

- Assessoria de Participação e Diversidade/Ministério da Gestão e da Inovação – APSD/MGI
- Secretaria de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental – SFDT/MDA
- Secretaria de Informação e Saúde Digital – SEIDIGI/MS
- Secretaria Executiva/Departamento da Gestão Interfederativa e Participativa – SE/MS
- Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS/MDS
- Secretaria Nacional de Participação Social – SNPS/SG-PR

#### Sociedade

- ABONG
- Angola Comunicação
- Coalizão Direitos na Rede
- Escola Nacional de Formação da CONTAG – ENFOC
- Escola Nacional Paulo Freire
- Instituto Palavra Aberta

O compromisso 8 traz para a discussão o tema da participação social, que é um dos princípios de Governo Aberto.

Importa às democracias que a população conheça o funcionamento das gestões públicas e que possa intervir com opiniões, análises, proposituras, entre outras formas de fazer parte.

Quando se fala de governos mais abertos espera-se que o diálogo esteja avançado ao ponto do desenvolvimento de ações colaborativas entre governo e sociedade, e que este possa contribuir no ciclo de políticas públicas. Para isso, canais de diálogo devem ser criados, bem como é necessária a definição de metodologias participativas que alcancem a representatividade regional, etária, de gênero, as territorialidades e, por fim, diferentes perspectivas.

Pessoas e organizações dispostas a dialogar e construir soluções para questões públicas complexas constituem um potente desafio a ser enfrentado com este compromisso.

No âmbito do compromisso, já foram realizados encontros territoriais com educadores populares em todo o Brasil, no sentido de fomentar discussões sobre a política de participação social e educação popular, para troca de experiências e articulação entre iniciativas regionais, bem como para produzir subsídios para o mapeamento das iniciativas de educação popular. Os encontros reuniram mais de 250 representantes de entidades, incluindo movimentos indígenas, quilombolas, feministas, LGBTQIA+, redes de economia solidária, universidades e institutos federais, além de servidores de vários ministérios.

O painel do compromisso 8 recebeu bastantes contribuições. Um comentário recorrente das pessoas que o visitaram é que a participação no país é algo que ocorre cotidianamente nas pequenas cidades, nas comunidades e até mesmo nos grandes centros urbanos. Interagir, apresentar opiniões e prontificar-se a resolver algo é comum. No entanto, quando se trata de participação cidadã, participação que gera valor político e interfere nas políticas públicas, o Brasil ainda precisa de mais. As sugestões que seguem vão no sentido de que o compromisso pode abarcar o desafio de impulsionar o engajamento da população.

A partir da pergunta “*O QUE TE INSPIRA A PARTICIPAR MAIS ATIVAMENTE DAS DECISÕES DA SUA COMUNIDADE?*”, as seguintes contribuições foram apresentadas:

- Cocriar soluções públicas;
- Inovação e transformação;
- Comunicação clara;
- Mais participação digital;
- Dados abertos para o exercício dos direitos humanos;
- Intercâmbios de saberes;
- Comunicação;
- A organização das informações nas páginas governamentais não é suficiente para promover a participação da sociedade;
- Informações padronizadas e de fácil acesso;
- Ser escutada;
- Liderança das mulheres;
- Transparência;
- Ser vista, ter momento de fala e ser compreendida;
- Ser ouvida e que a contribuição seja efetiva no produto final;
- Pensar o longo prazo agindo desde o momento presente;
- Me inspira saber e trabalhar para que as pessoas/a população sejam chamadas e tenham condições de influenciar as políticas/decisões;
- Dados abertos e participação social, uma união poderosa para garantir gestões democráticas;
- Abrir os dados é só o começo: é preciso abrir caminhos;
- Cocriar soluções para problemas, políticas públicas.

# REFLEXÕES FINAIS

A realização da segunda edição do Diálogo com a Sociedade, no formato presencial e no contexto do América Aberta, proporcionou aprendizados muito potentes.

Ideias sobre a melhoria dos serviços para a agricultura familiar sendo trocadas por mulheres camponesas do interior de Minas Gerais e outras de uma pequena cidade da Guatemala. Todas elas com vasto conhecimento no cultivo de plantas curativas e uso de ervas para o tempero das melhores comidas típicas regionais. Representantes da delegação dos EUA conversaram com jovens do Brasil sobre a questão do racismo nos dois países e o papel das ações afirmativas. Houve palestrante que complementou sua apresentação com dados e sugestões dos painéis.

A exposição, além de ter alcançado um posto de local de busca e de intercâmbio de conhecimentos, tornou-se um espaço para conhecer pessoas novas, trocar números de telefone, marcar reuniões, fazer articulações sobre temáticas relacionadas ao governo aberto, e para se sentir abraçado pela ideia de construir iniciativas com mais participação social, transparência e colaboração.

Importa agradecer a todas e todos que visitaram os painéis; à [comissão organizadora do América Aberta](#), que cedeu o espaço para a exposição; às organizações que fazem parte do GT de Governo Aberto com confiança na iniciativa; à Diretoria do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), que investiu recursos financeiros para a feitura dos painéis; à equipe técnica e operacional da CGU, que conseguiu manter a dinâmica em alta durante todos os dias de trabalho.

Por fim, vale parabenizar quem continua acreditando e agindo para promover transformações nos poderes e gestões públicas, em favor do fortalecimento da democracia, da construção coletiva de ações públicas e da construção de sociedades melhores.

Até o próximo Diálogo!



Acervo pessoal: Valdênia Souza





Acervo pessoal: Valdênia Souza